



MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ: 27.087.229/0001-42

Site: www.mepes.org.br

E-mail: mepes@mepes.org.br

Reconhecimento de Utilidade Pública pelo Decreto Federal n.º 94083 de 10 de março de 1987.

Processo nº MJ - 31091/71

R. Costa Pereira, 129 - Fone/fax (28) 3996-1191 - Ca. Postal 35 - Cep: 25230-000 - Anchieta - ES - Brasil

CONTRATO Nº 001/2020

CONTRATO DE AQUISIÇÃO/FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM MOVIMENTO DE PROMOÇÃO EDUCACIONAL DO ESPÍRITO SANTO - MEPES, instituição CONTRATANTE, Representada pelo Sr. DARCI SCHAEFER, brasileiro, casado, portador do CPF 015.420.787-09, RG 1.112.793 ES, residente no Sítio Schaefer Pena, Domingos Martins - ES e a INOVA SOLUÇÃO EM TECNOLOGIA EIRELI, com sede no RUA Regente Feijó, n.º 434, Nossa Senhora da Penha, Vila Velha/ES, CEP 29.110-160, inscrito no CNPJ sob o nº 29.644.569-0001-71, neste ato representado pelo SR. Esdras Rodrigues da Silva, RG nº 412.149 SSP/ES, CPF nº 559.575.367-68, empresa CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo de Cotação de Preços nº 01/2020, através do Convênio nº 888484/2019, tendo tramitado de acordo com o previsto no art. 11, Decreto 6.170/2007, Portaria Interministerial nº 424/2016, adjudicada em Ata de Comissão Prévia de Licitação, com fundamento Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O contrato tem como objeto a aquisição/fornecimento de materiais e equipamentos, visando atender às necessidades do MOVIMENTO DE PROMOÇÃO EDUCACIONAL DO ESPÍRITO SANTO - MEPES, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Resultado - Mapa de Apuração de Preço e Referência e no Edital 001/2020 - CONVÊNIO 888484/2019 e seus Anexos.

1.1.1. Integra o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital 001/2020 - CONVÊNIO 888484/2019 com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL, DA QUANTIDADE E DO PRAZO DE ENTREGA

2.1. O material deverá ser entregue conforme discriminado abaixo:

Fayer F. Ferreira
Diretor Administrativo
do CCE/ESMA

DARCI
SCHAEFER:01542078
709

Assinado de forma digital por
DARCI SCHAEFER:01542078709
Dados: 2020.03.30 09:20:15
-03'00"

**MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO**

CNPJ: 27.097.229/0001-42

Site: www.mepes.org.br

E-mail: mepes@mepes.org.br

Reconhecimento de Utilidade Pública pelo Decreto Federal n.º 34083 de 10 de março de 1987.

Processo nº MJ - 31093/71

R. Costa Pereira, 129 - Fone/Fax (28) 3536-1151 - Cx. Postal 35 - Cep: 29230-000 - Anchieta - ES - Brasil

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	LOCAL	QUANTIDA DE (Unidade)	PRAZO DE ENTREGA
Computador (Desktop básico)	Conforme proposta em anexo.	Rua Costa Pereira nº 125, Centro, Anchieta- ES. CEP: 29230-000	01	60 dias
Switch	Conforme proposta em anexo.	Rua Costa Pereira nº 125, Centro, Anchieta- ES. CEP: 29230-000	01	60 dias
Computador Servidor	Conforme proposta em anexo.	Rua Costa Pereira nº 125, Centro, Anchieta- ES. CEP: 29230-000	01	60 dias
Impressora a laser Multifuncional	Conforme proposta em anexo.	Rua Costa Pereira nº 125, Centro, Anchieta- ES. CEP: 29230-000	02	60 dias
Impressora a laser (comum)	Conforme proposta em anexo.	Rua Costa Pereira nº 125, Centro, Anchieta- ES. CEP: 29230-000	02	60 dias

2.1.1. O prazo de 60 (sessenta) dias corridos para a entrega do material será contado a partir da data de assinatura do presente contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A CONTRATADA obriga-se a:

3.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência, prazo de garantia e indicação do número do convenio no campo observação;

Fayer F. Ferreira
Diretor Administrativo
do CCSP/MA

DARCI
SCHAEFER:01542
078709

Ação de firma digital por
DARCI
SCHAEFER:01542078709
Data: 2020.02.29 09:20:40
05100



3.1.2. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada no estado do Espírito Santo;

3.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

3.1.4. Este dever implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado, o produto com avarias ou defeitos;

3.1.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente licitação;

3.1.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.1.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

3.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezolito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

3.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

Fayer R. Ferreira
Diretor Administrativo
do OCESP/ASA

DARCI
SCHAEFER:01542
078709

Assinado de forma digital
por DARCI
SCHAEFER:01542078709
Data: 2020.03.30 06:21:08
-03'00'



4.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, na data, horário e locais previamente indicados pela Contratante até o prazo limite;

4.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

4.1.2.1. Se no ato do recebimento e conferência, as caixas dos equipamentos, estiverem amassadas, molhadas, danificadas ou embaladas de forma indevida, nos reservamos o direito de abrir as caixas para analisar sob pena de devolução do pedido em sua integralidade sem ônus para o MEPES.

4.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de Representante da CPL, especialmente designado;

4.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto, conforme Artigo 41, inciso II, alínea "b" e Artigo 66, Inciso II, alínea "F" da Portaria Interministerial 424/2016.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. Os bens serão recebidos: a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta. b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e apresentação de nota fiscal pela contratada, e sua consequente aceitação.

5.2. A Contratante rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR

6.1. O valor do contrato é de R\$ 39.628,00 (trinta e nove mil, seiscentos e vinte e oito reais).

6.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

Fayel F. Ferreira
Diretor Administrativo
do CC SA-BA

DARCI
SCHAEFER:01542078
709

Assinado de forma digital por
DARCI SCHAEFER:0154207809
Data: 2024.05.30 09:21:24
+0300



7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência do contrato será de 12(doze) meses, a partir da data da assinatura do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente do contratante, após constatar a funcionalidade do bem, treinamento da equipe e apresentação de nota fiscal pela contratada, a contratante emitirá laudo técnico sugerindo ao Ministério de Saúde/ES a liberação do Recurso que ocorrerá conforme Cláusulas 7.5 do Edital 001/2020 em anexo;

8.2. O pagamento ocorrerá em 10 dias úteis contados da data do recebimento do recurso disponibilizado em caixa pelo Ministério da Saúde/ES, exclusivamente através de crédito em conta corrente em nome do credor.

8.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.4. O Pagamento se dará conforme Artigo 41, Inciso II, alínea "b" e Artigo 66, Inciso II, alínea "F" da Portaria Interministerial 424/2016.

9. CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

9.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no CONVÊNIO 888484/2019.

11. CLÁUSULA ONZE - DAS ALTERAÇÕES

Fayer F. Ferreira
Diretor Administrativo
do COE/MSA

DARCI
SCHAEFER.015420
78709

Assinado em sistema digital por
DARCI SCHAEFER/0154203709
Data: 2020.02.20 09:21:02
v2.0.0



11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

12. CLÁUSULA DOZE - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A CONTRATADA que, no decorrer da contratação, cometer qualquer das infrações previstas na Lei nº 8.666, de 1993, e na Lei nº 10.520, de 2002, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficará sujeita às seguintes sanções: **a.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação; **b.** multa: **b.1.** Moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação; **b.2.** Compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser acumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulativo das penalidades não supere o valor total do contrato. **c.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o MOVIMENTO DE PROMOÇÃO EDUCACIONAL DO ESPÍRITO SANTO - MEPES, pelo prazo de até dois anos;

12.1.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se no que couber as disposições da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos ou cobrados judicialmente.

12.5. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Fayoc F. Ferreira
Diretor Administrativo
do CENEMA

DARCI
SCHAEFER:01542078709

Assinado de forma digital por
DARCI SCHAEFER:01542078709
Dados: 2020.01.30 09:31:40 -03'00'



13. TREZE - DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato os elencados no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, que obedecerá às disposições dos artigos 79 e 80, da Lei nº 8.666/93. 14.2. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993. 14.4. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA QUATORZE - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e na Lei nº 8.666, de 1993, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas, incluídas no edital que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

15. CLÁUSULA QUINZE - DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Anchieta, 27 de março de 2020.

Fayal F. Pereira
Diretor Administrativo
do CESP/MA

DARCI
SCHAEFER:01542078709

Assinado de forma digital por:
DARCI SCHAEFER:01542078709
Dados: 2020.03.30 09:22:17 -23100



MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ: 27.097.229/0001-42

Site: www.mepes.org.br

E-mail: mepes@mepes.org.br

Reconhecimento de Utilidade Pública pelo Decreto Federal n.º 94083 de 10 de março de 1987.

Processo nº MJ - 31093/71

R. Costa Pereira, 129 - Fone/Fax (28) 3536-1151 - Ca. Postal 35 - Cap. 29230-000 - Anchieta - ES - Brasil

DARCI

SCHAEFER:01542078709

Assinado de forma digital por


DARCI SCHAEFER:01542078709

Dados: 2020.03.30 09:22:39 -03'00'

MOVIMENTO DE PROMOÇÃO EDUCACIONAL DO ESPÍRITO SANTO - MEPES

DARCI SCHAEFER

PRESIDENTE



INOVA - SOLUÇÃO EM TECNOLOGIA EIRELI
ESDRAS RODRIGUES SILVA

TESTEMUNHAS:

Nome: CPF nº: Identidade nº:

920996026-20

Fayer F. Ferreira
Diretor Administrativo
do CCSA/MSA

Nome: CPF nº: Identidade nº:

772.884.149-04